

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0007445-98.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Impugnação de Crédito - Recuperação judicial e Falência**  
 Impugnante: **Jose Roberto da Silva**  
 Impugnado: **Opto Eletrônica S/A e outro**  
 Juiz de Direito: **Dr. Marcelo Luiz Seixas Cabral**

Vistos.

Trata-se de impugnação ao crédito trabalhista do requerente José Roberto da Silva, pedindo sua fixação no valor de R\$ 78.000,00, a ser acrescido de multa pecuniária de 50%.

Juntou o requerente certidão de habilitação de crédito na reclamação trabalhista (fls. 09/11).

A recuperanda impugnou o pedido, alegando que não há homologação judicial dos valores pretendidos (fls. 15/16).

Às fls. 17/19 o administrador judicial, por sua vez, aquiesceu ao pedido, juntando laudo pericial favorável ao débito total no valor de R\$ 117.273,00.

O prazo de réplica passou em branco, conforme certidão de fl. 23.

Por fim, houve manifestação do representante do Ministério Público à fl. 26, que opinou favoravelmente à habilitação de crédito na forma exposta pelo administrador.

**É o relatório.****Decido.**

A dívida se mostra evidente, não dependendo de homologação.

O administrador judicial trouxe aos autos laudo técnico que vai ao encontro do pedido feito, com o devido acréscimo. O artigo 9º, inciso II, da Lei nº 11.101/05, estabelece a data da propositura da ação de recuperação judicial como termo limite para a atualização monetária dos créditos, o que foi observado.

Inclusive há aquiescência do fiscal da ordem jurídica, não demonstrando qualquer óbice o requerente.

Diante do exposto, **DEFIRO A HABILITAÇÃO** do crédito trabalhista em favor de José Roberto da Silva, no valor de R\$ 117.273,00, tendo como devedoras Opto Eletrônica S/A e Artec Indústria e Comércio de Lentes Ltda, cujo pagamento obedecerá aos prazos e critérios determinados no plano de recuperação judicial.

Certifique-se nos autos principais da recuperação, cabendo ao administrador providenciar a correta inclusão na relação de credores.

Com o trânsito em julgado, ao arquivo eletrônico.

P.R.I., e cientifique-se o MP.

São Carlos, 06 de abril de 2016.

**0007445-98.2015.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**MARCELO LUIZ SEIXAS CABRAL**

Juiz de Direito

(assinado digitalmente)

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA